

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANDREW WILLIAMS, *LIBERALISM AND WAR. THE VICTORS AND THE VANQUISHED*

Londres, Routledge, 2006, 263 pp.

Andrew Williams, professor de Relações Internacionais na Universidade de Kent, escreveu um livro interessante sobre um tema crucial para a ordem internacional liberal do pós-Guerra Fria: como garantir que a guerra é um passo para acabar com a guerra?

A questão é pertinente desde 1917, quando o Presidente Woodrow Wilson enunciou o seu programa para pôr fim à Grande Guerra – «a war to end all wars». A iniciativa foi recebida com cepticismo: Clémenceau comentou: «Catorze pontos? Deus Pai só precisou de dez.» Mas, desde essa altura, as estratégias pós-conflito passaram a ter um estatuto político e institucional próprio. O novo programa, que põe Clausewitz do avesso – a política como a continuação da guerra por outros meios – teve um primeiro ensaio desastroso, com as reparações impostas à Alemanha e uma aplicação errática do princípio da autodeterminação

nacional. A segunda tentativa, depois da II Guerra Mundial, foi melhor sucedida, com o Tribunal de Nuremberga e o Plano Marshall, onde se combinam a justiça e a restauração da memória, com a reconciliação e a reconstrução. O pós-Guerra Fria marca a vitória da ordem liberal e torna centrais os dilemas das estratégias pós-conflito: na Bósnia-Herzegovina, na Somália, na África do Sul, no Kosovo, na Eritreia, em Timor-Leste, no Afeganistão, no Sudão ou no Iraque as estratégias pós-conflitos revelam-se cada vez mais sofisticadas. No essencial, envolvem as democracias ocidentais num esforço para reconstruir entidades políticas autónomas e viáveis – as missões civis e militares das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e da União Europeia – e para restabelecer a justiça e tornar possível a reconciliação –, tribunais internacionais, comissões de verdade ou de inquérito sobre as violações dos direitos humanos. Desde o 11 de Setembro, essas estratégias valorizam de novo a instauração da democracia: como explicou Lloyd George, em 1918, a paz só pode ser assegurada duradouramente entre as nações livres. Mas o programa de democratização, na versão dos neoconservado-

res, provocou uma divisão funda na corrente do internacionalismo liberal, que separa uma linha militante, para a qual o recurso à força é legítimo na luta contra as tiranias, de uma linha mais conservadora, para a qual a justiça é inseparável das instituições multilaterais.

**HUMAN SECURITY REPORT 2005.
WAR AND PEACE IN THE 21ST CENTURY**

Oxford, Human Security Center/Oxford University Press, 2006, 170 pp.
(versão on-line em www.humansecurityreport.info/)

Andrew Mack é o principal responsável pelo *Human Security Report 2005*, uma publicação única que procura definir as tendências de evolução dos conflitos violentos – guerras internacionais, ou guerras entre os estados, guerras intra-estatais, ou guerras civis, e guerras extra-estatais, como as guerras de libertação nacional. As conclusões do relatório são claras. Em primeiro lugar, o fim da II Guerra Mundial marcou o início de um período sem guerras hegemónicas, cuja duração não tem precedentes. A Guerra Fria corresponde, de facto, a uma «longa paz», sobretudo na Europa, e tem como contrapartida o aumento exponencial das guerras de libertação nacional nas periferias. Em segundo lugar, o fim da descolonização e, portanto, das lutas pela independência nos territórios sob tutela colonial, traduz-se num crescendo impressionante das guerras civis, que são o corolário dos estados fracos resultantes de um acesso à soberania nacional sem a necessária preparação, ou de profundas divisões étnicas, ou ainda de uma extrema pobreza, que deixa os

novos estados sem recursos para consolidar a sua autonomia. Em terceiro lugar, o número de conflitos e o número de baixas em conflitos violentos diminuiu constantemente desde o fim da Guerra Fria, com o advento da preponderância dos Estados Unidos, uma maior mobilização dos países ocidentais e a expansão das missões militares internacionais de manutenção ou imposição da paz. Os números são eloquentes – em 1950, 700 mil pessoas morreram em guerra, contra 100 mil, em 2000, e 20 mil, em 2002 – e contrariam a percepção de uma amplificação da violência que prevalece nos *mass media* ocidentais. Dito isto, restam três problemas igualmente evidentes: o terrorismo, cujos ataques significativos e cujo número de vítimas cresce linearmente desde 1991; a concentração e a persistência de um número elevado de conflitos intra-estatais e interestatais numa linha horizontal que liga o Corno de África à África Ocidental; e o risco do terrorismo passar a recorrer a armas de destruição maciça, biológicas, químicas ou nucleares. A guerra mudou na transição histórica entre as guerras totais do século XX e as guerras sem fim do século XXI.

**THÉRÈSE DELPECH,
L'ÉNSAUVAGEMENT. LE RETOUR
DE LA BARBARIE AU XXI^E SIÈCLE**

Paris, Grasset, 2005, 366 pp.

Para Thérèse Delpech, filósofa e investigadora no Centre d'Etudes et de Recherches Internationales (CERI) em Paris, o século XXI pode ser o «século do medo». Não é dizer pouco, para quem

reconhece no século passado, na linha-gem de Raymond Aron, o século das guer-ras totais e das guerras totalitárias.

Na sua versão da narrativa aroniana, o século XX começa em 1905, quando o Japão derrota o império russo em Tsuxima e na Manchúria e marca, simultaneamente, o princípio da revolução russa e o fim do domínio internacional da Europa. O século XXI, por sua vez, começa com o 11 de Setembro e as divisões absurdas entre os Estados Unidos e a Europa Oci-dental perante o seu inimigo comum, que revelam uma vulnerabilidade profunda dos europeus face a uma ameaça implacá-vel, incluindo o terrorismo não-conven-cional, a resistência das vagas sucessivas do fundamentalismo islâmico e a adapta-bilidade dos grupos terroristas.

A projecção, mais valeriana do que aroniana, dos cenários da impotência euro-peia e ocidental, mostra o «século do medo» em 2025. A sua configuração é inquietante: a permanência dos grupos terroristas islâmicos conjuga-se com a emergência de três ou quatro potências nucleares no Médio Oriente, a provável desagregação do Paquistão – uma potên-cia nuclear – com os riscos de uma guerra entre a China e os Estados Unidos por causa de Taiwan – a Alsácia-Lorena do regime comunista chinês – ou de uma competição estratégica entre a China e a Índia. Para Thérèse Delpech, o ano de 2005 é, como foi 1905, o momento em que todos os perigos se revelam – nas crises permanentes do Médio Oriente, na desa-gregação da África, na chantagem nuclear norte-coreana ou na emergência da China. A sua previsão é pessimista quanto à capa-

cidade europeia para responder aos avi-sos: «A Europa está demasiado virada para o passado para poder ser um actor princi-pal do século XXI e demasiado desligada do passado para encontrar aí a sua inspi-ração». A Europa que se esqueceu dos perigos do nihilismo e dos «crimes contra o espírito» cometidos pelos movimentos totalitários do último século corre o risco de cair outra vez na barbárie.

**MICHAEL WILLIAMS, THE REALIST
TRADITION AND THE LIMITS
OF INTERNATIONAL RELATIONS**

Cambridge, Cambridge University Press, 2005, 254 pp.

O primeiro livro de Michael Williams, da Universidade do País de Gales em Aberystwyth, trata de duas questões importantes – a tradição realista na teoria das relações internacionais e o problema teórico e ético dos limites da política, incluindo, ou sem separar, a política inter-nacional e a política interna dos estados. O seu método é a revisão de três autores indispensáveis na tradição realista e as suas escolhas foram Hobbes (em vez de Maquiavel), Rousseau (em vez de Me-necke), e Morgenthau (em vez de Carr), para demonstrar que essa corrente, mar-cada pelo reconhecimento cru da anarquia nas relações entre os estados, é insepará-vel de uma ética liberal. A brutalidade da problemática do poder – a guerra e a paz nas relações internacionais – não implica uma brutalidade correspondente na defi-nição da finalidade da teoria política e, pelo contrário, reclama um propósito libe-ral, e mesmo uma certa esperança de paz, por parte dos teóricos das relações inter-

nacionais. Os bons realistas devem ser hobbesianos na análise e kantianos no espírito: Michael Williams mostra ser esse o caso concreto de Hobbes, Rousseau e Morgenthau, e podia ter completado a sua demonstração com o realismo de Kant. Hans Morgenthau é a referência essencial e mais desenvolvida no ensaio de Michael Williams, que reconstitui o processo de construção da teoria fundadora da moderna escola realista das relações internacionais. Morgenthau forma a sua problemática por oposição a Carl Schmitt, por um lado, e à decadência dos regimes liberais – a experiência de Weimar –, por outro. Morgenthau recusa a teoria política de Schmitt, no sentido em que não reco-

nhece a lógica absoluta – total – da oposição amigo/inimigo, que nega os limites da política e, de certa maneira, destrói a possibilidade de uma política liberal, a qual, por definição, só pode ser um domínio autónomo limitado por outros domínios de autonomia institucionais, económicos ou sociais. No mesmo sentido, não pode resignar-se à incompetência das democracias na política internacional, nem ao idealismo típico das posições liberais nas relações internacionais, outra forma suicida de negar os limites da política. A conjugação dessa dupla negação é a origem contemporânea do realismo liberal.

■ CARLOS GASPAR

RÚSSIA

ANDREW JACK, *INSIDE PUTIN'S RUSSIA*

Londres, Granta Books, 2004, 350 pp.

Andrew Jack, jornalista e director da delegação do *Financial Times* em Moscovo, escreve na primeira pessoa. O seu livro é um relato pessoal de contactos ao mais alto nível com membros da Administração russa, incluindo o Presidente Vladimir Putin, bem como uma partilha das suas vivências com a população. Um livro interessante e de fácil leitura onde as muitas entrevistas e relatos, bem como o testemunho pessoal do autor, encaixam uns nos outros como peças de um puzzle, resultando numa obra complementar aos textos mais académicos sobre a Federação Russa.

Olhando a Rússia de Putin por dentro, Jack procura interpretar a ascensão deste ao poder numa conjuntura de instabilidade interna após os anos de governação de Boris Ieltsin (1991-1999). O livro identifica as matrizes das principais dificuldades associadas ao processo de transição democrática numa sociedade tradicionalmente autocrática como é a Rússia. Retrocedendo ao período estalinista, o autor procura aí as explicações para um nacionalismo muito particular, tema que explora no primeiro capítulo. Analisando o percurso de Putin e a sua chegada ao poder de forma quase inesperada no início de 2000, Jack tenta depois encontrar respostas para a nova Rússia, um país onde práticas imperiais persistem em contrariar tendências democráticas de participação e

inclusão. Práticas estas identificadas nos capítulos quinto e sexto, que descrevem o sistema russo como altamente centralizado e já rotulado de *ruling vertikal* – um sistema onde as reformas institucionais e administrativas e o discurso oficial do combate à corrupção e criminalidade organizada coexistem com práticas de censura, manipulação e controlo. Putin procura conciliar os interesses nacionais russos, definidos primariamente como o crescimento económico e a estabilidade interna, com factores fundamentais para a consolidação democrática (ou, talvez mais correctamente, de uma «democracia de gestão») – ou seja, o poder centralizado como necessário à manutenção da ordem e estabilidade internas. E, neste contexto, o autor aponta a Guerra da Tchetchénia como o grande desafio às políticas de Putin – o «prisioneiro do Cáucaso» (pp. 88-130). Depois de ter granjeado o apoio popular com a sua actuação dura contra os separatistas tchetchenos, o líder russo é hoje confrontado com a continuação e o alastramento do conflito do Cáucaso às repúblicas vizinhas e a Moscovo. Aqui o autor levanta uma questão fundamental, uma vez que o desejo de criação de um grande Estado islâmico, já tornado público pelos movimentos radicais pan-islamitas da região, acrescenta ao problema uma transversalidade que não pode nem deve ser descurada.

A análise das políticas de Putin não poderia deixar de passar por um olhar sobre as relações externas do país, onde o inquilino do Kremlin procura constantemente balancear as críticas internacionais face ao seu crescente autoritarismo com uma

argumentação sustentada na necessidade de um poder estatal forte para a manutenção da estabilidade interna – questões equacionadas no penúltimo capítulo e que abrem as portas ao «autoritarismo liberal», título expressivo do capítulo final. Andrew Jack conclui com a necessária contextualização das práticas russas no percurso histórico do país e com o facto de muitas vezes as próprias populações preferirem a estabilidade em detrimento da liberdade. No entanto, construído sobre alicerces frágeis, o poder de Putin poderá não ser tão real quanto é geralmente argumentado.

**MICHAEL McFAUL, NIKOLAI PETROV, ANDREI RYABOV, BETWEEN
DICTATORSHIP AND DEMOCRACY:
RUSSIAN POST-COMMUNIST POLITICAL
REFORM**

Washington D. C., Carnegie Endowment for International Peace, 2004, 361 pp.

Um olhar sobre o curso da democratização na Rússia mostra que o ideal democrático tem tido uma tradução prática muito limitada. «Democracia incompleta», «democracia parcial» ou «democracia de gestão» surgiram como novas formas de descrever uma realidade que suscita as análises e os juízos mais variados entre os politólogos e cientistas sociais.

De modo pertinente, a questão da transição para a democracia na Federação Russa é abordada na obra de McFaul, Petrov e Ryabov, que se assume como um trabalho centrado em Moscovo, procurando uma visão alternativa às análises tradicionais de intelectuais e académicos europeus e norte-americanos, apesar de incluir algumas contribuições destes últimos. Publicado no

âmbito do Carnegie Endowment for International Peace, organização com um programa reconhecido nas temáticas envolvendo a Rússia e Eurásia, *Between Dictatorship and Democracy: Russian Post-communist Political Reform* vem acrescentar ao debate sobre a democratização na Rússia uma componente analítica substancial, apesar de não inteiramente inovadora nas suas conclusões. Posicionando o regime russo entre o autoritarismo e a democracia, os autores convergem para uma análise pessimista do percurso da Federação Russa na direcção da consolidação dos princípios democráticos. Contudo, encontram nas várias dimensões exploradas ao longo deste trabalho sinais de mudança que demonstram que algum tipo de transição se verificou, embora difícil de apelar, com um legado claro de sinais democráticos na vivência político-institucional do país. Rotular o novo contexto como democrático surge aos olhos dos autores como demasiado optimista face a uma trajectória marcada por muitos recuos, limitações e obstáculos, facilmente identificáveis. Esboçando os traços que têm estado subjacentes a esta caminhada desde a queda da União Soviética, o livro procura construir o enquadramento teórico e prático para a análise da temática proposta. Lança como questões de partida a procura de esclarecimento sobre o sistema político na Rússia de hoje, os factores que têm contribuído para as dinâmicas contraditórias de democratização e autocracia, e tenta lançar pistas para a análise do processo em curso e futuras direcções. Distribuídas por vários capítulos, as propostas de abordagem sugeridas para a questão democrática na Rússia

passam pela análise cuidada dos processos eleitorais (capítulo 2), da Constituição (capítulo 3), das relações entre os ramos executivo e legislativo (capítulo 4), dos partidos políticos (capítulo 5), da sociedade civil (capítulo 6), dos meios de comunicação social (capítulo 7), do Estado de direito (capítulo 8), e do federalismo como factor de descentralização política (capítulo 9). Os capítulos seguintes surgem como porto de ancoragem, centrando-se na análise dos modelos regionais de desenvolvimento democrático, e nas atitudes públicas face à democracia, culminando naquilo que poderá ser o futuro da democracia russa no capítulo de encerramento. Um final imbuído de cepticismo face a uma Rússia crescentemente menos democrática sob a liderança de Vladimir Putin, mas onde, todavia, é possível reconhecer a permanência de alguns princípios democráticos, com a realização de eleições ou a existência de multipartidarismo, os quais constituem elementos práticos de um caminho sem retorno que torna o regime político de Moscovo um caso *sui generis* em termos de rotulagem política.

**BRIAN TAYLOR, POLITICS AND THE
RUSSIAN ARMY: CIVIL-MILITARY
RELATIONS, 1689-2000**

Cambridge, Cambridge University Press, 2003,
355 pp.

Brian Taylor, professor no Departamento de Ciência Política da Universidade de Oklahoma, aborda aqui uma problemática simultaneamente difícil e polémica e oferece um valioso contributo para uma área de estudo ainda pouco

desenvolvida – a relação entre as instâncias política e militar na Federação Russa. Procurando respostas para a questão do papel que os militares têm desempenhado na Rússia em termos de envolvimento/ retraimento político ao longo do tempo (no seu estudo, o autor recua ao século XVII), Brian Taylor centra a sua análise na avaliação das oportunidades e motivos subjacentes ao curso escolhido. Oportunidades entendidas como determinadas por constrangimentos estruturais resultantes da capacidade de actuação política do Estado e do nível de coesão organizacional; e motivos como justificações para a intervenção militar, quer ao nível de ameaças aos interesses corporativos quer de questões de poder em termos do exercício e defesa da soberania. No primeiro capítulo são lançadas as bases para a sistematização do argumento que perpassa todo o livro, com a identificação de quatro linhas fundamentais: a estrutura doméstica, a estrutura organizacional, os interesses corporativos e a cultura organizacional, como medidas de análise de um arco cronológico alargado de cerca de trezentos anos. Fazendo uma resenha histórica cuidada do tema, entre 1689 e a queda da União Soviética nos capítulos segundo a sexto, os restantes dois capítulos (talvez os de maior relevância para a compreensão das relações civis-militares no contexto actual) são dedicados àquilo que o autor apelida de «nova Rússia».

Taylor chega a uma conclusão interessante quando faz a ponte entre a questão democrática na Rússia e o papel dos militares, sublinhando que se o processo de demo-

cratização está a falhar com Putin não é certamente devido à ameaça de intervenção militar nas políticas seguidas. Mas, no processo em curso, o autor chama a atenção para a necessidade de repensar alguns problemas de base, nomeadamente a corrupção nas fileiras militares, o uso indisciplinado de violência e a fraca influência parlamentar nas políticas de defesa. Qualquer curso transitório e de consolidação política e institucional inclui momentos favoráveis, mas passa também por momentos desfavoráveis que poderão dar azo a eventual instabilidade, aumento de tensão e, quiçá, envolvimento dos militares. Deste modo, Taylor sugere como essencial tomar em devida consideração estas variáveis, que, conjugadas de forma assimétrica, poderão promover cursos de instabilidade e tensão entre os aparelhos político e militar. O autor termina afirmando que «com as bases instituídas de uma cultura militar organizacional apolítica, o potencial para a mudança progressiva e democrática nas questões militares russas permanece muito viva» (p. 340), uma visão talvez demasiado optimista dadas as crescentes limitações às práticas democráticas na Rússia de Putin, a par das muitas dificuldades do aparelho governativo em manter um controlo efectivo sobre as acções dos militares na Federação e nas repúblicas vizinhas.

**RICK FAWN (ED.), REALIGNMENTS
IN RUSSIAN FOREIGN POLICY**

Londres, Frank Cass, 2003, 159 pp.

A política externa russa sofreu ajustes fundamentais após a queda do bloco soviético. Acima de tudo, abandonou a

anterior matriz ideológica marxista-leninista e é agora moldada mais de acordo com os interesses nacionais russos, num contexto ainda de readaptação a um novo estatuto e a todo um novo enquadramento geopolítico, estratégico e económico. Uma nova agenda foi definida, centrada na consolidação do processo de transformação e consolidação interna e numa nova abordagem em termos internacionais. Mas o final da Guerra Fria e a eliminação da rivalidade bipolar não foram imediatamente equacionados com a dissolução da imagem tradicional do «inimigo». Fantasmas do passado que ainda assombram a Rússia actual, constringendo e moldando muitas das suas acções em termos de política externa. Neste volume, Rick Fawn procura desconstruir os alinhamentos, desalinhamentos e realinhamentos da política externa russa. Passa em revista na sua análise debates comuns nas políticas domésticas russas em termos de estratégias externas a adoptar: como as visões contrapostas dos «euro-asiáticos» com as dos «euro-atlantistas», ou as dos nacionalistas com as dos liberais, ou mesmo as dos defensores do eslavismo com as dos adeptos da ocidentalização – um quadro traçado aqui de forma simplificada, mas objecto de argumentação detalhada na obra. Tendo este estudo como objectivo central uma análise das mudanças na política externa russa desde 1991, e incluindo o modo como os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 afectaram ou não as orientações nas políticas russas, Fawn reuniu neste volume o contributo de vários autores na procura de respostas, ou pelo menos de alguma clarificação para as opções e conteúdos da política externa russa.

Se o resultado final parece um estudo abrangente e relativamente bem estruturado das mudanças em termos de alinhamento na política externa russa, não deixa também de revelar alguns limites, particularmente no que concerne à abrangência da temática. Partindo do necessário enquadramento da política externa russa no contexto pós-soviético, entre a doutrina e o pragmatismo, focando questões mais teóricas e apresentando visões críticas sobre a mesma, o livro prossegue com a exposição das diferentes dimensões de espelhamento da política externa russa, nomeadamente face ao alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (num contexto de desvanecimento do Pacto de Varsóvia e de uma inevitável clarificação da relação com os Estados Unidos), face à vizinha União Europeia, também esta em processo de transformação interna e de alargamento, quer ainda face ao Islão que surge como um factor cada vez mais importante na definição das orientações russas para o Cáucaso (incluindo a questão da Tchetchénia). De fora fica a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e as relações de (in)dependência bem como de assimetrismo entre as antigas repúblicas soviéticas e a Federação Russa, variáveis essenciais para o entendimento do alinhamento estratégico político das políticas externas russas face à sua área de vizinhança.

À parte a negligência desta dimensão, o livro apresenta uma argumentação clara e bem estruturada, sendo a sua leitura recomendada para todos os interessados nos desenvolvimentos da política externa da Rússia pós-soviética.

■ **MARIA RAQUEL FREIRE**